

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE) N.º 04/2014

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 08/2019, de 27/03/2019)

Dispõe sobre a criação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito e Processo Constitucional (*Campus* de Palmas).

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, da Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão ordinária no dia 22 de janeiro de 2014, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1° Aprovar a criação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito e Processo Constitucional (*Campus* de Palmas), conforme projeto em anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 22 de janeiro de 2014.

Prof. Márcio SilveiraPresidente

emc



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Anexo à Resolução n.º 04/2014 do Consepe.

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 08/2019, de 27/03/2019)

COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO CAMPUS DE PALMAS

PROJETO

Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito e Processo Constitucional

PALMAS - TO Janeiro/2014

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO5
1.1 Especificações
1.2 COORDENADORA5
1.3 TITULAÇÃO DA COORDENADORA
2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO5
2.1 PERÍODO DE REALIZAÇÃO
2.2 TIPO DE ENSINO
2.3 CARGA HORÁRIA5
2.4 NÍVEL5
2.5 MODALIDADE DO CURSO6
2.6 PERIODICIDADE DA OFERTA: ANUAL
2.7 NÚMERO DE VAGAS6
2.8 Público - Alvo6
3 OBJETIVOS DO CURSO6
4. CONVÊNIO E/OU COOPERAÇÃO PARA OFERTA E/OU FINANCIAMENTO DO
CURSO?
5.NECESSIDADES/JUSTIFICATIVA SOCIAL E INSTITUCIONAL PARA
INSTALAÇÃO DO CURSO, IMPORTÂNCIA E PERSPECTIVAS ACADÊMICO-
CIENTÍFICAS7
6 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO8
6.1 CORPO DOCENTE/TITULAÇÃO/MÓDULOS/CARGA HORÁRIA/CRÉDITOS8
6.2 Processo Seletivo
6.2.1 INSCRIÇÃO PARA SELEÇÃO
6.2.2 REQUISITOS: FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO;
6.2.3 PERÍODO DE SELEÇÃO E REQUISITOS PARA A SELEÇÃO10
6.2.4 MATRÍCULAS PARA OS ALUNOS SELECIONADOS
6.2.5 MENSALIDADE DO CURSO
6.3 DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS ENVOLVIDAS11
5.4 CRONOGRAMA DE FUNCIONAMENTO

6.5 EMENTAS, OBJETIVOS, METODOLOGIAS E BIBLIOGRAFIAS DAS	\$
DISCIPLINAS	14
6.7 DADOS RELATIVOS AO CORPO DOCENTE	36
6.7.1 Informações gerais:	36
6.7.2 CURRÍCULO LATTES DO CORPO DOCENTE	36
6.8 RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS	36
6.8.1 SALAS DESTINADAS AO CURSO	36
6.8.2 MULTIMEIOS	36
6.9 ESTRUTURA VIRTUAL	37
6.10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – MONOGRAFIA OU AR	TIGO 37
6.11 EMISSÃO DE CERTIFICADOS	37
6.12 INDICADORES DE DESEMPENHO DO CURSO	38
7. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2014/2015	38
7.1 PROJETO	38
7.2 RECEITA	38
7.3 DESPESAS	39
7.3.1 SERVIÇOS DE APOIO	39
7.3.2 HONORÁRIOS DOS PROFESSORES E ENCARGOS INCIDENTES SOBRE HORA/A	ULA DOS
MESMOS 2014/2015	39
7.3.3 HONORÁRIOS DOS PROFESSORES - ORIENTAÇÃO DE ARTIGOS 2014/2015	39
7.3.4 DESPESAS COM MATERIAIS E TERCEIROS	40
7.3.5 MATERIAL PERMANENTE	40
7.3.6 DESPESAS PREDIAIS, BANCÁRIAS E CERTIFICADOS	41
7.3.7 DESPESAS PARCIAIS E TOTAL DO PROJETO	41

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1 ESPECIFICAÇÕES

Nome do Curso: Especialização em Direito e Processo Constitucional

Grande Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Área do Conhecimento: DIREITO

Unidade Responsável: Campus de Palmas

1.2 COORDENADORA

Professora Mestre Naíma Worm, Professora Efetiva da Universidade Federal do Tocantins colegiado de Direito, matrícula SIAP nº 189880-9. Telefones: (63) 84049117; e-mail: naima@uft.edu.br. Currículo Lattes:

http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4230822P2.

1.3 TITULAÇÃO DA COORDENADORA

Doutoranda pela Universidade Mackenzie (em andamento). Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2007). Graduada em Direito pela Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS (2003).

Professora Efetiva da Universidade Federal do Tocantins colegiado de Direito, matrícula SIAP nº 189880-9.e Faculdade Católica do Tocantins. Membro do Comitê de Educação para os Direitos Humanos. Coordenadora da especialização em Direito e Processo Eleitoral da UFT. Professora das especializações em Direito Administrativo da UFT.

2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

2.1 PERÍODO DE REALIZAÇÃO

Início: abril de 2014

Término: julho de 2015.

N°. de meses: 15 meses

2.2 TIPO DE ENSINO

Presencial

2.3 CARGA HORÁRIA

360 (Trezentos e setenta) h/a.

2.4 NÍVEL

(X) Especialização (Resolução CNE/MECN.º 1, de 08 de junho de 2007, Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf).

() Aperfeiçoamento

2.5 MODALIDADE DO CURSO

- (X) Modular
- () Regular
- () Permanente

Cada disciplina será ministrada em módulo organizado na sexta – feira, à noite; no sábado, manhã e tarde, estendendo-se ao domingo (dependendo do número de horas/aula do módulo e disponibilidade do professor).

2.6 PERIODICIDADE DA OFERTA: ANUAL

2.7 NÚMERO DE VAGAS

Serão ofertadas 50 vagas. Sendo 10% (dez) por cento dos números de vagas preenchidas e reservadas a bolsistas funcionários da UFT.

2.8 PÚBLICO - ALVO

O curso de pós-graduação (*lato sensu*) propõe a aperfeiçoar graduados em Direito, Advogados, servidores da Justiça, professores, Promotores de Justiça, Magistrados e demais profissionais que atuam com Direito Público, visando, também, graduados de outras áreas que necessitem de conhecimentos proporcionados pelo curso, objetivando a titulação acadêmica em nível de especialização (lato sensu).

3 OBJETIVOS DO CURSO

- Preparação e atualização dos profissionais que atuam na área do direito público, diretamente com questões relativas ao Estado e a temas afetos ao Direito Constitucional dos atos públicos, sejam: técnicos, magistrados, advogados, promotores, professores, associações, organizações não – governamentais e cidadãos interessados.
- Fomentar a pesquisa e a produção científica sobre as questões interdisciplinares, envolvendo as áreas do Direito Constitucional, Administrativo e Processual.
- 3. Preparar o profissional para solucionar casos práticos, complexos e atuais que demandam conhecimento em Direito Constitucional;
- 4. Preparar candidatos para concursos públicos que exijam especialização em Direito Constitucional, como os de Procuradores, Defensores, Promotores e

outras áreas públicas.

- 5. Capacitar o especialista à docência no ensino superior.
- 6. Capacitar o especialista à docência no ensino superior;
- 7. Abranger, além de seus aspectos doutrinários de grande interesse e relevância, questões práticas fundamentais ao pleno entendimento da matéria;
- 8. Explorar os instrumentos processuais disponíveis no ordenamento jurídico para tutela dos direitos constitucionais;
- Provocar o debate das grandes questões que surgem nos Tribunais acerca do direito material e do direito processual constitucional;

4. CONVÊNIO E/OU COOPERAÇÃO PARA OFERTA E/OU FINANCIAMENTO DO CURSO?

() Sim, parcialmente (x) Não

5. NECESSIDADES/JUSTIFICATIVA SOCIAL E INSTITUCIONAL PARA INSTALAÇÃO DO CURSO, IMPORTÂNCIA E PERSPECTIVAS ACADÊMICO-CIENTÍFICAS

O curso tem como justificativa a instrumentalização de profissionais que atuam na área pública no estado do Tocantins, seja federal, estadual ou municipal, em especial Advogados, servidores da Justiça, docentes e profissionais recém formados pelas diversas instituições que circundam a região, bem como demais profissionais integrantes da clientela do curso.

Trata-se do único curso de especialização em Direito e Processo Constitucional na modalidade presencial no Estado do Tocantins. O Projeto visa aparelhar os operadores do Direito que atuam em defesa dos direitos difusos e coletivos, associações, organizações não governamentais, servidores públicos em defesa dos direitos humanos.

A Pós-Graduação Lato Sensu em Nível de Especialização tende conferir um enfoque bastante abrangente e integrado do Direito e Processo Constitucional, com destaque para a nova perspectiva à luz dos Direitos Humanos contemporâneos tanto do direito público quanto no direito privado, permitindo a seus participantes contatos com o que se vem desenvolvendo de mais recente na matéria.

O programa procura enfocar diálogos interdisciplinares que visam formação continuada e a atualização do conhecimento de profissionais de área jurídica garantindo os subsídios para a expansão e aprofundamento dos conhecimentos técnicos na área, a fim de

capacitá-los para enfrentar as mudanças no cenário da vida e das relações jurídicas. O curso propõe também a expandir os conhecimentos acerca da nova visão humanitária dos direitos sociais, combinando as perspectivas analíticas e críticas.

Compõe-se de aulas expositivas e seminários. Os seminários e/ou estudo de casos se caracterizam pelo debate e a problematização da matéria em foco, sob a orientação dos subsídios teóricos e metodológicos necessários para a tarefa conjunta de resolver questões práticas e atuais previamente propostas. Nas aulas expositivas o professor discorrerá sobre o tema, resolvendo as dúvidas suscitadas nos debates práticos. Nessas aulas os alunos terão contato com doutores, mestres, especialistas e convidados com notório saber que atuam, na prática. O objetivo específico do curso é formar profissionais capacitados para atuar na sociedade em geral, Poder Judiciário e demais esferas administrativas.

O Estado do Tocantins não registra pós graduação lato sensu presencial em Direito e Processo Constitucional, o que fortalece ainda mais a Universidade Federal do Tocantins e confere excelência ao seu núcleo jurídico.

6 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO

6.1 CORPO DOCENTE/TITULAÇÃO/MÓDULOS/CARGA HORÁRIA/CRÉDITOS

	Professores	Titulo	IES	Disciplinas	СН	Créd itos
1.	Gisela Bester	Pós- Doutora	UFT/ Palmas	Teoria geral da constituição I	30h	02
2.	Naíma Worm	Mestre	UFT/ Palmas	Teoria geral da constituição II	30h	02
3.	Aloísio Bolwerk	Mestre	UFT/ Palmas	Hermenêutica constitucional I	30h	02
4.	Lênio Luiz Streck	Pós Doutor	UNISINO S /RS	Hermenêutica constitucional II	30h	02
5.	Ângela Issa Haonat	Doutora	UFT/ Palmas	Direitos fundamentais na ordem constitucional brasileira	30h	02
6.	Joao Rodrigues Portelinha da Silva	Pós-Doutor	UFT/ Palmas	Direitos constitucionais políticos e sociais – individuais e coletivos - fundamentais	30h	02

7.	Aline Sueli Salles	Doutora	UFT/ Palmas	Organização do estado brasileiro sob as perspectivas administrativa, econômica e financeira	30h	02
8.	Luciano Carlos Ferreira	Mestre	UFT/ Palmas Jurisdição constitucional I		30h	02
9.	Paulo Roberto de Figueiredo Dantas	Mestre	Mestre USP	Jurisdição constitucional II	30h	02
10.	Gustavo Paschoal	Mestre	UFT/ Palmas	Direito internacional constitucional e a construção dos direitos humanos	30h	02
11.	Ana Lúcia Medeiros	Mestre	UFT/ Palmas	Metodologia da pesquisa e preparação para o trabalho de conclusão de curso	30h	02
12.	Patrícia Medina	Doutora	UFT/ Palmas	Docência Universitária	30h	02
Total de carga horária					360	24

Professores responsáveis pela avaliação do trabalho de conclusão do curso – TCC.

Os Professores abaixo relacionados serão responsáveis pela orientação e avaliação dos Trabalho de Conclusão de Curso. A escolha se dá pela disponibilidade do Professor em Orientar e por residirem em Palmas – TO, o que facilita a orientação dos alunos.

Ao longo do curso outros professores do quadro docente do projeto poderão orientar e participar das bancas públicas de defesa de TCC.

- 1. Naíma Worm
- 2. Gisela Bester
- 3. Gustavo Paschoal
- 4. Ângela Issa Haonat
- 5. Aloísio Airton Bolwerk

6.2 PROCESSO SELETIVO

6.2.1 INSCRIÇÃO PARA SELEÇÃO

Período: 20/02/2014 a 14/03/2014

Local: Bloco II, sala 23, Campus de Palmas, sala das Pós-graduações em Direito.

Horário: das 08:00 h as 12:00 h

6.2.2 REQUISITOS: FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO;

Cópia autenticada do Diploma do curso superior e do histórico escolar do curso de Bacharelado regularmente aprovado pelo Ministério da Educação;

Curriculum lattes documentado;

2 fotos 3x4:

Cópia autenticada do Carteira de Identidade;

Cópia autenticada do Certidão Civil (nascimento ou casamento);

Cópia autenticada do Certificado Reservista (sexo masculino);

Cópia autenticada do Título de Eleitor + comprovante de votação.

Valor da inscrição: 50,00

6.2.3 PERÍODO DE SELEÇÃO E REQUISITOS PARA A SELEÇÃO

Período de seleção: <u>17/03/2014 a 21/03/2014</u>

Local: Campus de Palmas: Bloco II, sala 23, Campus de Palmas, sala das pósgraduações em Direito. Telefone-32328308 Vera Miranda - Secretaria Executiva.

Mecanismo de seleção do Candidato:

(X) Entrevista

(X) Curriculum Vitae

(X) prova objetiva e/ou subjetiva sobre os temas tratados nas ementas, quando necessário.

Os candidatos não selecionados deverão providenciar a retirada de seus documentos na Secretaria do curso, até 30 (trinta) dias contados a partir de 19.6.2011 e, findo este prazo, os documentos serão enviados à reciclagem.

6.2.4 MATRÍCULAS PARA OS ALUNOS SELECIONADOS

Período: 23/03/2014 a 28/03/2014

Local: Campus de Palmas

Horário: das 08:00 h as 12:00 h de segunda à sexta-feira

Valor: R\$ 280,00

6.2.5 MENSALIDADE DO CURSO

Valor: R\$ 320,00

Periodicidade de pagamento: Mensal Número de mensalidades: 14 meses

6.3 DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS ENVOLVIDAS

Os acadêmicos, ao longo do curso, deverão trabalhar questões teóricas e práticas por intermédio das seguintes atividades, as quais servirão de avaliação do rendimento estudantil:

- (X) Provas
- (X) Fichamentos
- (X) Seminários
- (X) Trabalhos Finais de Disciplinas
- (X) TCC: Artigo ou Monografia

O aproveitamento do rendimento do aluno será avaliado por meio de verificações, em cada disciplina, sendo a nota final expressa em conceitos, com as seguintes equivalências:

Conceito	Aproveitamento	NOTA FINAL entre	AVALIAÇÃO
A	Excelente	9,0 a 10	Aprovado
В	Bom	7,0 a 8,9	Aprovado
С	Regular	5,0 a 6,9	Reprovado
D	Deficiente	3,0 a 4,9	Reprovado
Ι	Insuficiente	0,0 a 2,9	Reprovado

Os critérios para aprovação dos alunos serão os adiante elencados:

- I. Haver cursado no mínimo 360 horas;
- II. Obter frequência mínima de 75% em cada disciplina;
- a) A coordenação do Curso disponibilizará aos professores, previamente, uma lista contendo a relação dos alunos matriculados. Cada professor será o responsável para controlar a relação dos alunos presentes em cada uma das aulas da sua disciplina. Esta lista de presença deverá ser entregue à coordenação do curso em até 5 dias após o encerramento das aulas.

- III. Obter média igual ou superior a "B", em cada disciplina;
- IV. Obter aprovação do TCC com conceito não inferior a "B".
- V. A confecção e entrega de certificados dar-se-á da maneira seguinte:
- a) deverão ser registrados no setor de Registro de Diplomas da UFT mencionando a área de conhecimento do curso e ser acompanhados do respectivo histórico escolar, do qual deverá constar, obrigatoriamente: a relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo aluno e nome e qualificação dos professores por elas responsáveis; o período e local em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico; o título do trabalho de conclusão do curso e o conceito obtido.

Cada módulo deverá ser registrado em relatório contendo o conteúdo ministrado, a relação de frequência dos alunos e a ficha de Avaliação com as notas e assinatura do professor.

5.4 CRONOGRAMA DE FUNCIONAMENTO

	Professores	Titulo	IES	Disciplina	Créditos	Datas
1.	Gisela Bester	Pós- Doutora	UFT/ Palmas	Teoria geral da constituição I	02	11 e 12/04/2014 25 e 26/04/2014
2.	Naíma Worm	Mestre	UFT/ Palmas	Teoria geral da constituição II	02	09 e 10/05/2014 23 e 24/05/2014
3.	Aloísio Bolwerk	Mestre	UNISI- NOS/RS	Hermenêutica constitucional I	02	06 e 07/06/2014 27 e 28/06/2014
4.	Lênio Luiz Streck	Pós – Doutor	UFT/ Palmas	Hermenêutica constitucional II	02	04 e 05/07/2014 25 e 27/07/2014
5.	Ângela Issa Haonat	Doutora	UFT/ Palmas	Direitos fundamentais na ordem constitucional brasileira	02	15 e 16/08/2014 29 e 30/08/2014
6.	Joao Rodrigues Portelinha da Silva	Pós- Doutor	UFT/ Palmas	Direitos constitucionais políticos e sociais – individuais e coletivos - fundamentais	02	05 e 06/09/2014 26 e 27/09/2014
7.	Aline Sueli Salles	Doutora	UFT/ Palmas	Organização do estado brasileiro sob as perspectivas administrativa, econômica e financeira	02	24 e 25/10/2014 07 e 08/11/2014
8.	Luciano Carlos Ferreira	Mestre	UFT/ Palmas	Jurisdição constitucional I	02	21 e 22/11/2014 12 e 13/12/2014 06 e 07/02/2015
9.	Paulo Roberto de Figueiredo Dantas	Mestre	Mestre USP	Jurisdição constitucional II	02	06 e 07/03/2015 20 e 21/03/2015
10.	Gustavo Paschoal	Mestre	UFT/ Palmas	Direito internacional constitucional e a construção dos direitos humanos	02	10 e 11/04/2015
11.	Ana Lúcia Medeiros	Mestre	UFT/ Palmas	Metodologia da pesquisa e preparação para o trabalho de conclusão de curso	02	08 e 09/05/2015 29 e 30/05/2015
12.	Patrícia Medina	Doutora	UFT/ Palmas	Docência Universitária	02	12 e 13/06/2015 26 e 27/06/2015
	Total de	carga horái	ria	360 h	24	

OBS: O curso contará com a participação dos professores acima, cabendo ressaltar a possibilidade de alteração e/ou ampliação do quadro, respeitadas sempre a qualificação acadêmica e a

excelência didático-metodológica do curso.

Os meses de junho e julho de 2015 serão destinados à elaboração e defesa dos Trabalhos de

Conclusão de Curso.

6.5 EMENTAS, OBJETIVOS, METODOLOGIAS E BIBLIOGRAFIAS DAS

DISCIPLINAS

O projeto prevê módulos que trabalharão conteúdo teórico e prática, a fim de

proporcionar ao acadêmico especialidade sobre a matéria, sem perder de vista o caráter

científico do curso, que poderá resultar na elaboração de projetos de pesquisas e inovações na

área jurídica.

Ainda, prediz várias atividades complementares e interdisciplinares, como

participação – ouvinte e palestrante, em seminários, congressos e simpósios. Elaboração e

publicação de artigos em revistas e eventos científicos e profissionais

6.5.1 – Disciplina: TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO I

Professor(s): Gisela Bester

Currículo Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4796374D6

(cópia em anexo).

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

Separação dos poderes e o sistema de freios e contrapesos. o problema da delegação de

poderes. Legalidade e legitimidade. Estado, sociedade civil e instituições intermediarias. A

força normativa da Constituição. A concretização dos princípios Constitucionais no Estado

Democrático de Direito. Constituição. Movimento Constitucionalista: Constitucionalismo e

neoconstitucionalismo. Constituição: Conceito e espécies. Poder constituinte e reforma

constitucional. Aplicabilidade das normas constitucionais.

OBJETIVO

Iniciar os estudos dos institutos do Direito Constitucional, com foco na evolução, sistema

consuetudinário, legislativo.

Apresentar a estrutura do Estado Democrático de Direito.

14

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;

Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;

Apresentação de seminários em sala de aula;

Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito Constitucional Brasileiro – Pós-Modernidade, Teoria Crítica e Pós-Positivismo, In Direito Constitucional Brasileiro – Perspectivas e Controvérsias Contemporâneas, Coordenação de Regina Quaresma e Maria Lúcia de Paula Oliveira – Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

_______. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 4 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

_______. O Novo Direito Constitucional Brasileiro. São Paulo: Editora Forum, 2012.

BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. 11 ed. São Paulo: Malheiros Editores: 2013.

_______. Curso de Direito Constitucional. 28 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

______. A Constituição Aberta. 3 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

BULOS, Uadi Lâmmego. Curso de Direito Constitucional. 7 ed. rev e atual. São Paulo:

BULOS, Uadi Lâmmego. Curso de Direito Constitucional. 7 ed. rev e atual. São Paulo: Saraiva 2013.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: teoria geral do estado e da constituição, direito constitucional positivo. 15. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4 ed. Coimbra: Almedina, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIMOULIS, Dimitri. Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional. Formato ePub. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

HESSE, Konrad. Temas Fundamentais do Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.

LASSALE, Ferdinand. A Essência da Constituição. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2001.

MACHADO, Joana Fernandes. Direito Constitucional e Democracia. São Paulo: Juruá, 2013.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

MORAIS, Efraim. Município, o grande ausente na política brasileira: uma contextualização histórica. In: BRASIL. Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois. v. II. Org. Bruno Dantas et. al. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 35. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

6.5.2- Disciplina: TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO II

Professor(s): Naíma Worm

Currículo Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4230822P2 (cópia em anexo).

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

Rigidez e Supremacia Constitucional. Constituições Brasileiras. Direito de Nacionalidade. Direitos Políticos. Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário. Funções Essenciais à Justiça.

OBJETIVO

Apresentar a estrutura jurídica do escalonamento das normas que conferem supremacia à constituição.

Estudar a estrutura dos Poderes Constituídos na República Federativa do Brasil;

Sistematizar as funções e principais características os órgãos essenciais à função jurisdicional do Estado.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;

Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;

Apresentação de seminários em sala de aula;

Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito Constitucional Brasileiro – Pós-Modernidade, Teoria Crítica e Pós-Positivismo, In Direito Constitucional Brasileiro – Perspectivas e Controvérsias Contemporâneas, Coordenação de Regina Quaresma e Maria Lúcia de Paula Oliveira – Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

________. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 4 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

________. O Novo Direito Constitucional Brasileiro. São Paulo: Editora Forum, 2012.

BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. 11 ed. São Paulo: Malheiros Editores: 2013.

_______. Curso de Direito Constitucional. 28 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

______. A Constituição Aberta. 3 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

BULOS, Uadi Lâmmego. Curso de Direito Constitucional. 7 ed. rev e atual. São Paulo: Saraiva 2013.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: teoria geral do estado e da constituição, direito constitucional positivo. 15. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4 ed. Coimbra: Almedina, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIMOULIS, Dimitri. Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional. Formato ePub. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

HESSE, Konrad. Temas Fundamentais do Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.

LASSALE, Ferdinand. A Essência da Constituição. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2001.

MACHADO, Joana Fernandes. Direito Constitucional e Democracia. São Paulo: Juruá, 2013.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

MORAIS, Efraim. Município, o grande ausente na política brasileira: uma contextualização histórica. In: BRASIL. Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois. v. II. Org. Bruno Dantas et. al. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 35. ed. São Paulo:

Malheiros Editores, 2012.

STRECK, Lênio Luiz. Verdade e Consenso: constituição, hermenêutica e terias discursivas.

4.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2012

6.5.3- Disciplina: HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL I

Professor(s): Aloísio Alencar Bolwerk

Currículo lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4207782H2

(cópia em anexo)

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

Interpretação e Direito Positivo. Da Hermenêutica Filosófica à Hermenêutica Jurídica. Argumentação Jurídica e Interpretação. Relativismo e Absolutismo Jurídico. A Interpretação Constitucional. Aplicação do direito no período pós-positivista. A democracia e jurisdição em Estados de modernidade tardia. Discurso de fundamentação, de aplicação e insuficiências da adequabilidade.

OBJETIVO

Pesquisar os métodos de interpretação constitucional.

Analisar as importantes decisões baseadas na hermenêutica.

Sistematizar os pontos indispensáveis ao trabalho do hermeneuta.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;

Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;

Apresentação de seminários em sala de aula;

Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito Constitucional Brasileiro – Pós-Modernidade, Teoria Crítica e Pós-Positivismo, In Direito

Constitucional Brasileiro - Perspectivas e Controvérsias Contemporâneas, Coordenação de
Regina Quaresma e Maria Lúcia de Paula Oliveira – Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.
Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 4 ed. São Paulo: Editora Saraiva,
2013.
O Novo Direito Constitucional Brasileiro. São Paulo: Editora Forum, 2012.
BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. 11 ed. São Paulo: Malheiros
Editores: 2013.
Curso de Direito Constitucional. 28 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.
A Constituição Aberta. 3 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.
BULOS, Uadi Lâmmego. Curso de Direito Constitucional. 7 ed. rev e atual. São Paulo:
Saraiva 2013.
CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: teoria geral do estado e da
constituição, direito constitucional positivo. 15. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4 ed. Coimbra:
Almedina, 2001.
DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 29. ed. São Paulo:
Saraiva, 2010.
DIMOULIS, Dimitri. Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional. Formato ePub. 2 ed.
São Paulo: Saraiva, 2013.
FERRAZ Jr., Tércio Sampaio Ferraz. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Editora
Atlas S.A., 1990.
HESSE, Konrad. Temas Fundamentais do Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.
A Força Normativa da Constituição. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes - Porto
Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor.
MACHADO, Joana Fernandes. Direito Constitucional e Democracia. São Paulo: Juruá, 2013.
MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional.
7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.
MORAIS, Efraim. Município, o grande ausente na política brasileira: uma contextualização
histórica. In: BRASIL. Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois. v. II. Org. Bruno
Dantas et. al. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008.
SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 35. ed. São Paulo:

Malheiros Editores, 2012.

20

STRECK, Lênio Luiz. Verdade e Consenso: constituição, hermenêutica e terias discursivas.

4.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

6.5.4 – Disciplina: HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL II

Professor(s): Lênio Luiz Streck

Currículo Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4723127H7

(cópia em anexo)

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

Idealidade e prática: o papel da Constituição na busca da efetividade do Direito. Teoria do

discurso, decisões judiciais e racionalidade argumentativa: os obstáculos à concretização dos

direitos fundamentais- sociais. Hermenêutica e abertura interpretativa: da discricionariedade

positivista à ponderação argumentativa. Comportamento constitucional para superação dos

diversos âmbitos da resistência positivista à Constituição. Método de interpretação como

superação ao relativismo nas interpretações.

OBJETIVO

Apresentar as formas e métodos de interpretação do Direito;

Contextualizar o Direito a partir da perspectiva pós-positivista;

Instrumentalizar o intérprete do Direitos com as ferramentas mínimas para que promova a

interpretação do Direito;

Atualizar o acadêmico com as decisões dos Tribunais Superiores.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula

expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;

Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;

Apresentação de seminários em sala de aula;

Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 4 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

______. O Novo Direito Constitucional Brasileiro. São Paulo: Editora Forum, 2012.

BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. 11 ed. São Paulo: Malheiros Editores: 2013.

.Curso de Direito Constitucional. 28 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

_____. A Constituição Aberta. 3 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

BULOS, Uadi Lâmmego. Curso de Direito Constitucional. 7 ed. rev e atual. São Paulo: Saraiva 2013.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: Teoria geral do Estado e da constituição, direito constitucional positivo. 15. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4 ed. Coimbra: Almedina, 2001.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 35. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

STRECK, Lênio Luiz. Verdade e Consenso: constituição, hermenêutica e terias discursivas. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

6.5.5 Disciplina – DIREITOS FUNDAMENTAIS NA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

Professor(s): Ângela Issa Haonat

Currículo lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4500878A0 (cópia em anexo).

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: Evolução dos direitos fundamentais; Diferenciação entre direitos e garantias fundamentais; Eficácia horizontal dos direitos fundamentais; Direitos individuais e coletivos em espécie. Dignidade da Pessoa Humana. Os direitos fundamentais na Jurisprudência. Eficácia dos direitos fundamentais.

OBJETIVO

Compreender a evolução dos direitos fundamentais;

Compreender cada espécie de direitos fundamentais;

Investigar a efetividade dos direitos fundamentais no contexto político e social brasileiro Interpretar e aplicar os direitos fundamentais.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;

Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;

Apresentação de seminários em sala de aula;

Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 4 ed. São Paulo:
Editora Saraiva, 2013.
O Novo Direito Constitucional Brasileiro. São Paulo: Editora Forum, 2012.
BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. 11 ed. São Paulo: Malheiros
Editores: 2013.
Curso de Direito Constitucional. 28 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.
A Constituição Aberta. 3 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.
BULOS, Uadi Lâmmego. Curso de Direito Constitucional. 7 ed. rev e atual. São Paulo:

Saraiva 2013.

CARVALHO, Kildara Gancalyas, Diraito Constitucional: Taoria garal do Estado a de

CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: Teoria geral do Estado e da constituição, direito constitucional positivo. 15. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4 ed. Coimbra: Almedina, 2001.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 35. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

STRECK, Lênio Luiz. Verdade e Consenso: constituição, hermenêutica e terias discursivas.

4.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

6.5.6- Disciplina: DIREITOS CONSTITUCIONAIS POLÍTICOS E SOCIAIS -

INDIVIDUAIS E COLETIVOS - FUNDAMENTAIS

Professor(s): Joao Rodrigues Portelinha da Silva

Currículo Lattes:

http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4730805P6

(currículo lattes em anexo)

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

Teoria Geral dos Direitos Sociais. Dos direitos sociais individuais do trabalhador. Dos direitos

sociais coletivos do trabalhador. Direito à saúde, previdência social, assistência social,

educação, cultura. Dos Direitos Coletivos. Eficácia dos Direitos Sociais. Direito de

Nacionalidade. Direitos Políticos: direitos políticos positivos e direitos políticos negativos;

Privação dos Direitos políticos; reaquisição dos direitos políticos; princípio da anualidade

eleitoral; cassação dos direitos políticos; impugnação do mandato eletivo. Partidos políticos.

OBJETIVO

Compreender a evolução, espécies e eficácia dos direitos sociais;

Entender a aplicabilidade dos direitos coletivos;

Estudar os direitos de nacionalidade, direitos políticos e partidos políticos.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula

expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;

Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;

Apresentação de seminários em sala de aula;

Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito

Constitucional Brasileiro – Pós-Modernidade, Teoria Crítica e Pós-Positivismo, In Direito Constitucional Brasileiro – Perspectivas e Controvérsias Contemporâneas, Coordenação de Regina Quaresma e Maria Lúcia de Paula Oliveira – Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

_______. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 4 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

_______. O Novo Direito Constitucional Brasileiro. São Paulo: Editora Forum, 2012.

BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. 11 ed. São Paulo: Malheiros Editores: 2013.

_______. Curso de Direito Constitucional. 28 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

______. A Constituição Aberta. 3 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

BULOS, Uadi Lâmmego. Curso de Direito Constitucional. 7 ed. rev e atual. São Paulo: Saraiva 2013.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: teoria geral do estado e da constituição, direito constitucional positivo. 15. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4 ed. Coimbra: Almedina, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIMOULIS, Dimitri. Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional. Formato ePub. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

HESSE, Konrad. Temas Fundamentais do Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.

MACHADO, Joana Fernandes. Direito Constitucional e Democracia. São Paulo: Juruá, 2013.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

MORAIS, Efraim. Município, o grande ausente na política brasileira: uma contextualização histórica. In: BRASIL. Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois. v. II. Org. Bruno Dantas et. al. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 35. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

STRECK, Lênio Luiz. Verdade e Consenso: constituição, hermenêutica e terias discursivas. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

6.5.7- Disciplina: ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO SOB AS

PERSPECTIVAS ADMINISTRATIVA, ECONÔMICA E FINANCEIRA

Professor(s): Aline Sueli Salles

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

Administração Pública: princípios constitucionais da Administração Pública, Agentes

públicos na Constituição de 1988, sistema remuneratório dos agentes públicos. Finanças

públicas e orçamento. Ordem Econômica e financeira: constituição econômica, normas

constitucionais da atividade econômica, política urbana, política agrícola, fundiária e reforma

agrária, sistema financeiro nacional.

OBJETIVO

Compreender a organização e princípios que regem a administração pública.

Estudar a ordem econômica constitucional.

Estudar o sistema financeiro estabelecido na Constituição.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula

expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;

Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;

Apresentação de seminários em sala de aula;

Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito

Constitucional Brasileiro - Pós-Modernidade, Teoria Crítica e Pós-Positivismo, In Direito

Constitucional Brasileiro - Perspectivas e Controvérsias Contemporâneas, Coordenação de

Regina Quaresma e Maria Lúcia de Paula Oliveira – Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 4 ed. São Paulo: Editora Saraiva,

2013.

_____. O Novo Direito Constitucional Brasileiro. São Paulo: Editora Forum, 2012.

BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. 11 ed. São Paulo: Malheiros Editores: 2013.

. Curso de Direito Constitucional. 28 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

_____. A Constituição Aberta. 3 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

BULOS, Uadi Lâmmego. Curso de Direito Constitucional. 7 ed. rev e atual. São Paulo: Saraiva 2013.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: teoria geral do estado e da constituição, direito constitucional positivo. 15. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4 ed. Coimbra: Almedina, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIMOULIS, Dimitri. Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional. Formato ePub. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

HESSE, Konrad. Temas Fundamentais do Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.

MACHADO, Joana Fernandes. Direito Constitucional e Democracia. São Paulo: Juruá, 2013.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

MORAIS, Efraim. Município, o grande ausente na política brasileira: uma contextualização histórica. In: BRASIL. Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois. v. II. Org. Bruno Dantas et. al. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 35. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

STRECK, Lênio Luiz. Verdade e Consenso: constituição, hermenêutica e terias discursivas. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

6.5.8- Disciplina: JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL I

Professor(s): Luciano Carlos Ferreira

Currículo Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4756758Y0 (cópia em anexo)

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

Noções iniciais do controle de Constitucionalidade. Modelos de controle de constitucionalidade Comparado. Controle jurisdicional de Constitucionalidade: vias jurisdicionais de declaração de inconstitucionalidade, controle difuso de constitucionalidade e controle concentrado de constitucionalidade. Estudo das ações concretas de constitucionalidade. Princípios jurisprudenciais regentes do controle concentrado. Diálogo com o Supremo Tribunal Federal nas decisões de constitucionalidade.

OBJETIVO

Conhecer os sistemas de controle de constitucionalidade adotados no sistema jurídico brasileiro;

Analisar os princípios fundantes das decisões proferidas no Supremo Tribunal Federal; Elaborar petições de controle de Constitucionalidade.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;

Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;

Apresentação de seminários em sala de aula;

Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Direito Processual Constitucional – Aspectos Contemporâneos. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito

Constitucional Brasileiro – Perspectivas e Controvérsias Contemporâneas, Coordenação de Regina Quaresma e Maria Lúcia de Paula Oliveira – Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

Constitucional Brasileiro - Pós-Modernidade, Teoria Crítica e Pós-Positivismo, In Direito

_____. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 4 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.
_____. O Novo Direito Constitucional Brasileiro. São Paulo: Editora Forum, 2012.

BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. 11 ed. São Paulo: Malheiros

Editores: 2013.

______. Curso de Direito Constitucional. 28 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

_____. A Constituição Aberta. 3 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

BULOS, Uadi Lâmmego. Curso de Direito Constitucional. 7 ed. rev e atual. São Paulo: Saraiva 2013.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: teoria geral do estado e da constituição, direito constitucional positivo. 15. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4 ed. Coimbra: Almedina, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIDIER JR. Fredie. Ações constitucionais. 4ª ed. rev. ampl. atual. Salvador: Juspodivm, 2009.

DIMOULIS, Dimitri. Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional. Formato ePub. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

HESSE, Konrad. Temas Fundamentais do Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.

MACHADO, Joana Fernandes. Direito Constitucional e Democracia. São Paulo: Juruá, 2013.

MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. Direito Processual Constitucional. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

MORAIS, Efraim. Município, o grande ausente na política brasileira: uma contextualização histórica. In: BRASIL. Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois. v. II. Org. Bruno Dantas et. al. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008.

SIQUEIRA Jr., Paulo Hamilton. Direito Processual Constitucional, 5. Ed., São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 35. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

STRECK, Lênio Luiz. Verdade e Consenso: constituição, hermenêutica e terias discursivas. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

TAVARES, André Ramos, Curso de Direito Constitucional. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

6.5.9 – Disciplina: JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL II

Professor(s): Paulo Roberto de Figueiredo Dantas

Currículo Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4230411J5

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

Princípios do Direito processual Constitucional. Remédios Constitucionais: Habeas Corpus, Habeas Data, Mandado de Injunção, Mandado de Segurança e Ação Popular. Recurso Extraordinário, Especial e Recurso Ordinário Constitucional. Elementos processuais indispensáveis à propositura das ações constitucionais. Jurisprudência dominante no Supremo Tribunal Federal.

OBJETIVO

Conhecer o processo constitucional e os elementos imprescindíveis à propositura das ações constitucionais;

Pesquisar a jurisprudência dominante no Supremo Tribunal Federal.

Elaborar peças processuais indispensáveis às ações constitucionais.

Analisar cada um dos remédios constitucionais.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;

Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;

Apresentação de seminários em sala de aula;

Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Direito Processual Constitucional – Aspectos Contemporâneos. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito Constitucional Brasileiro — Pós-Modernidade, Teoria Crítica e Pós-Positivismo, In Direito Constitucional Brasileiro — Perspectivas e Controvérsias Contemporâneas, Coordenação de Regina Quaresma e Maria Lúcia de Paula Oliveira — Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

_____. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 4 ed. São Paulo: Editora Saraiva,

2013.

. O Novo Direito Constitucional Brasileiro. São Paulo: Editora Forum, 2012.

BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. 11 ed. São Paulo: Malheiros Editores: 2013.

. Curso de Direito Constitucional. 28 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

_____. A Constituição Aberta. 3 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

BULOS, Uadi Lâmmego. Curso de Direito Constitucional. 7 ed. rev e atual. São Paulo: Saraiva 2013.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: teoria geral do estado e da constituição, direito constitucional positivo. 15. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4 ed. Coimbra: Almedina, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIDIER JR. Fredie. Ações constitucionais. 4ª ed. rev. ampl. atual. Salvador: Juspodivm, 2009.

DIMOULIS, Dimitri. Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional. Formato ePub. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

HESSE, Konrad. Temas Fundamentais do Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.

MACHADO, Joana Fernandes. Direito Constitucional e Democracia. São Paulo: Juruá, 2013.

MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. Direito Processual Constitucional. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

MORAIS, Efraim. Município, o grande ausente na política brasileira: uma contextualização histórica. In: BRASIL. Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois. v. II. Org. Bruno Dantas et. al. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008.

SIQUEIRA Jr., Paulo Hamilton. Direito Processual Constitucional, 5. Ed., São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 35. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

STRECK, Lênio Luiz. Verdade e Consenso: constituição, hermenêutica e terias discursivas. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

31

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

6.5.10 - Disciplina: DIREITO INTERNACIONAL CONSTITUCIONAL E A

CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Professor(s): Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira

Currículo Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4744625A6

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

O processo histórico de reconhecimento dos direitos humanos: primórdios, Idade Média e

constitucionalismos contemporâneo. O nascimento do sistema internacional de proteção aos

direitos humanos: Organização das nações unidas, Declaração Universal dos Direitos

Humanos de 1948, Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, Pacto Internacional dos

Direitos Econômicos, sociais e culturais, sistemas regionais de proteção aos direitos humanos.

Tratados Internacionais de Direitos Humanos no Ordenamento jurídico pátrio. Corte

Interamericana de Direitos Humanos.

OBJETIVO

Conhecer o processo histórico de formação dos direitos humanos;

Estudar os tratados internacionais de direitos humanos confrontando-os com as normas

internas:

Analisar os procedimentos de acesso e julgados da Corte Interamericana de Direitos

Humanos.

METODOLOGIA

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula

expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;

Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;

Apresentação de seminários em sala de aula;

Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito Constitucional Brasileiro — Pós-Modernidade, Teoria Crítica e Pós-Positivismo, In Direito Constitucional Brasileiro — Perspectivas e Controvérsias Contemporâneas, Coordenação de Regina Quaresma e Maria Lúcia de Paula Oliveira — Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

_______. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 4 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

_______. O Novo Direito Constitucional Brasileiro. São Paulo: Editora Forum, 2012.

BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. 11 ed. São Paulo: Malheiros Editores: 2013.

_______. Curso de Direito Constitucional. 28 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

______. A Constituição Aberta. 3 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

BULOS, Uadi Lâmmego. Curso de Direito Constitucional. 7 ed. rev e atual. São Paulo:

CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: teoria geral do estado e da constituição, direito constitucional positivo. 15. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4 ed. Coimbra: Almedina, 2001.

CASTILHO, Ricardo. Direitos Humanos. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Saraiva 2013.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIMOULIS, Dimitri. Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional. Formato ePub. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos Humanos Fundamentais. 11 ed. rev. e aum. São Paulo: Saraiva, 2009.

HESSE, Konrad. Temas Fundamentais do Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2013.

MACHADO, Joana Fernandes. Direito Constitucional e Democracia. São Paulo: Juruá, 2013.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Direitos Humanos e cidadania. São Paulo: Minelli, 2002.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

MORAIS, Efraim. Município, o grande ausente na política brasileira: uma contextualização histórica. In: BRASIL. Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois. v. II. Org. Bruno Dantas et. al. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 10ª ed., rev.

e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 35. ed. São Paulo:

Malheiros Editores, 2012.

STRECK, Lênio Luiz. Verdade e Consenso: constituição, hermenêutica e terias discursivas.

4.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

6.5.11 Disciplina: METODOLOGIA DA PESQUISA E PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO DE CONSCLUSÃO DE CURSO

Professora: Ana Lúcia Medeiros

Currículo Lattes:

http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4767710U3

(cópia em anexo)

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

Desenvolver no aluno uma visão critica e criativa inerente à pesquisa científica, de forma a despertar o espírito investigativo. Criar condições para a compreensão do método científico e

formas de elaborar trabalhos acadêmicos condizentes com as normas da ABNT. Implementar

no aluno a capacidade para elaboração de projetos de pesquisa buscando dar suporte para a

elaboração de trabalhos monográficos.

OBJETIVO

Fornecer ao aluno o instrumental científico e metodológico básico para o

desenvolvimento de seus estudos, procurando Metodologia Científica uma ferramenta capaz

de servir ao estudo de diferentes níveis do conhecimento, permitindo um maior subsídio as

tarefas pressupostas de um trabalho científico.

Produção de um artigo científico.

METODOLOGIA:

A disciplina deve se desenrolar de forma essencialmente participativa, com momentos de aula

expositiva para sistematizar e encaminhar os temas. Serão realizadas:

Exposições dialogadas, com utilização de recursos multimídia;

Trabalhos individuais e em grupos, sob orientação do professor;

Apresentação de seminários em sala de aula;

Análise e discussão de textos específicos e decisões judiciais selecionadas.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, MARIA CECÍLIA MARINGONI(org) Construindo o Saber: metodologia científica: Fundamentos e técnicas. 4.ed., Campinas-SP: Papirus, 1994, 175p.

CERVO, A. L. BERVIAM, P.A. Metodologia Científica. São Paulo: Makron Books, 1996. 209p.

RUIZ, J.^a Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 1996.

FERNANDES, A.M Colapso da Ciência & Tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro :Relume - Dumará, 1994.

CASTRO, Cláudio de Moura. A prática da pesquisa. São Paulo. McGrawhill do Brasil, 1977.

LAKATOS, E.M. Marconi, M. de A. Fundamentos de metodologia científica São Paulo, Edit. Atlas, 1993.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para elaboração de monografias São Paulo, Editora Atlas, 1991.

RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica: Guia para eficiência nos estudos. São Paulo, Editora Atlas, 1993.

SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo, Cortez.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo, Editora Atlas, 1986.

6.5.11 DISCIPLINA: DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

Professor(s): Patrícia Medina

Currículo Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4778246J2 (cópia em anexo no processo).

Carga horária: 30 horas-aula

EMENTA

Estrutura e funcionamentos da Educação superior no Brasil; os principais problemas do ensino jurídico no Brasil; O ensino: o planejamento, a metodologia e a avaliação da aprendizagem no ensino superior a partir de tendências contemporâneas

OBJETIVOS

Instrumentalizar os alunos para os procedimentos básicos requeridos à docência do ensino jurídico em instituições de ensino superior.

METODOLOGIA

Aulas presenciais baseadas nos princípios da aprendizagem por aplicação cujos resultados constituirão atividades de verificação da aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos & ALVES, Leonir Pessate (Orgs.). Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville, SC: UNIVILLE, 2003.

BRASIL, Constituição 1988. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988.

SACRISTAN, J. Compreender e transformar o ensino. RS: Artes Médicas, 2000.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. RJ: Vozes, 2002.

ZABALZA, Miguel A. O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre, RS; Artmed, 2004.

6.6 METODOLOGIA DE ENSINO (DESCRIÇÃO E JUSTIFICATIVA)

Os participantes do curso terão acesso e facilidades em utilizar os recursos disponíveis na biblioteca da UFT.

Os equipamentos de apoio pedagógico, tais como projetor multimídia, vídeo e TV estão disponíveis no campus de Palmas para o corpo docente.

As aulas serão ministradas conforme cronograma do curso devidamente aprovado, as quais constarão de aulas expositivas, debates, seminários, trabalhos em grupo, podendo o professor desempenhar concomitantemente o desenvolvimento da disciplina e avaliação dos alunos.

Este curso de Pós-Graduação, em nível de especialização em Direito e Processo Constitucional é pioneiro no Estado do Tocantins na modalidade presencial, contando com corpo docente especializado e doutrinadores renomados na área, além de obedecer as normas estabelecidas pela Resolução CNE/MEC MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR nº 01, de 8 de junho de 2007, disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf.

Nenhuma disciplina do curso de graduação poderá ser usada para crédito de especialização.

A dispensa de disciplinas já cursadas pelo aluno em outros cursos de pós-graduação poderá ser concedida mediante:

- a) apresentação de requerimento e comprovante de recolhimento de taxa;
- b) corresponder a carga horária e ao conceito de avaliação;
- c) tenha cursado no período de até dois anos da data de início do curso;
- d) Análise e aprovação da Coordenação do Curso.

Os critérios para aprovação nas disciplinas serão testes, provas e outras formas de avaliação, sendo o rendimento do aluno avaliado na forma do disposto na Resolução C /MEC n. 01/2007

6.7 DADOS RELATIVOS AO CORPO DOCENTE

6.7.1 INFORMAÇÕES GERAIS:

- Nº total de docentes que ministrarão o curso: 12
- Nº docentes pertencentes ao quadro da UFT: 10

Titulação:

Nº Professores Pós - Doutores: 03

Nº Professores Doutores: 03

Nº Professores Mestres: 06

6.7.2 CURRÍCULO LATTES DO CORPO DOCENTE

O Currículo Lattes do corpo docente está em anexo no processo, sendo que, na apresentação das disciplinas, consta o endereço eletrônico na descrição de cada disciplina.

6.8 RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS

6.8.1 SALAS DESTINADAS AO CURSO

- 01 sala de aula com capacidade para 50 alunos
- 01 Biblioteca na UFT

Sala da coordenação do curso

Secretaria Acadêmica / Protocolo / Tesouraria

6.8.2 MULTIMEIOS

Data show, retroprojetores, televisão, caixa de som e laboratório de informática.

6.9 ESTRUTURA VIRTUAL

Para apoiar as diferentes atividades acadêmicas do curso, planejamos ainda a disponibilização por meio de um sítio na internet. Esta estrutura virtual terá a função de ser um espaço aglutinador do debate, bem como de propiciar a troca de informações e conhecimentos. Também será disponibilizado ferramentas administrativas para o acompanhamento, por parte dos alunos, de questões do seu interesse (frequências, notas, horários e local das aulas).

6.10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - MONOGRAFIA OU ARTIGO

A entrega do artigo, de natureza individual, ou monografia, constitui condição essencial para o recebimento do certificado de conclusão do curso. O prazo de entrega é de 60 dias após o último módulo. Os critérios para elaboração serão disciplinados quando da realização do módulo XV- Metodologia da Pesquisa e Produção Científica e cada participante terá um orientador.

No TCC, o aluno deverá alcançar conceito B para aprovação. Caso o aluno obtenha conceito C terá 30 dias para corrigir os erros indicados pelo orientador/examinador. Caso o conceito alcançado seja C, D ou E o aluno estará reprovado no TCC e deverá matricular-se novamente na disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica, elaborar novo TCC para concluir o curso.

Em caso de reprovação em qualquer disciplina, inclusive no TCC, antes de efetuar a matrícula, o aluno deverá efetuar o pagamento da mesma.

6.11 EMISSÃO DE CERTIFICADOS

Os Certificados do curso serão expedidos pela PROPESQ/UFT, nos termos da Resolução nº 09/2010 CONSEPE:

- Art. 21. Os certificados e histórico escolar expedidos pela Propesq devem conter, no verso, as seguintes informações:
- I relação das disciplinas e/ou equivalente, respectivas cargas horárias, notas ou conceitos obtidos pelo aluno, nome e titulação dos professores;
 - II período em que o curso foi ministrado e sua duração total em horas;
 - III título do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso).

Art. 22. Os certificados dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu serão assinados pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, pelo Diretor de Pós-Graduação e pelo Coordenador do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu.

6.12 INDICADORES DE DESEMPENHO DO CURSO

Os indicadores fixados para a avaliação global do programa de pós-graduação são os seguintes:

- a) Grau de excelência;
- b) Satisfação dos alunos medida pela ficha de avaliação aplicada ao final de cada módulo, em que se avaliam os objetivos da disciplina, os conteúdos, a metodologia adotada na disciplina, o desempenho do professor, os equipamentos e instalações, entre outros determinados pela coordenação ou solicitado pelo docente;
 - c) O número de alunos que concluem o curso;
 - d) Índice médio de evasão admitido;
 - e) Titulação dos Professores e Produção Científica dos alunos;
 - f) Média de desempenho dos alunos; e
 - g) Número e aproveitamento de egressos no mercado de trabalho relativo ao curso.

7. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2014/2015

7.1 PROJETO

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO				
Curso	Pós-Graduação em Direito e Processo Constitucional			
Natureza	Lato-Sensu			
Período de Realização	Abril de 2014 a Julho de 2015			
Modalidade	Modular			
n. vagas	50			

7.2 RECEITA

RECEITA	VALOR	QUANTIDADE	TOTAL
Inscrição: R\$ 50,00 x 50	R\$ 50,00	50	R\$ 2.500,00
Matrícula: R\$ 280X 50	R\$ 280,00	50	R\$ 14.000,00
Mensalidade integral: 320 x 14 (meses) x 45 (alunos)	R\$ 320,00	630	R\$ 201.600,00

Tota	R\$ 229.300,00		
Mensalidade parcial: 160 x 14 x 05	R\$ 160,00	70	R\$ 11.200,00

7.3 DESPESAS

7.3.1 SERVIÇOS DE APOIO

NOME	FUNÇÃO	MESES	CUSTO MENSAL	TOTAL
Naima Worm	Coordenadora	15	R\$ 1.500,00	R\$ 22.500,00
Vera Miranda	Secretária	15	R\$ 850,00	R\$ 12.750,00
Sub total de d	R\$ 35.250,00			
Sub total com	R\$ 7.050,00			
Total				R\$ 42.300,00

7.3.2 HONORÁRIOS DOS PROFESSORES E ENCARGOS INCIDENTES SOBRE HORA/AULA DOS MESMOS 2014/2015.

Incidência	Quantidade	Honorários	Total de horas	Valor
Módulo pós doutor	3	R\$ 150,00	90	R\$ 13.500,00
Módulo doutor	3	R\$ 120,00	90	R\$ 10.800,00
Módulo mestre	6	R\$ 100,00	180	R\$ 18.000,00
Total de honorários				R\$ 42.300,00
Total de encargos 20%				8.460,00
Total				R\$ 50.760,00

7.3.3 HONORÁRIOS DOS PROFESSORES - ORIENTAÇÃO DE ARTIGOS 2014/2015.

Incidência	Quantidade	Honorários	Total de horas	Valor
Orientação para artigos	50	600,00	-	R\$ 30.000,00
Total de honorários				R\$ 30.000,00
Total de encargos 20%				R\$ 6.000,00
Total				R\$ 36.000,00

7.3.4 DESPESAS COM MATERIAIS E TERCEIROS

Tipo de despesa	Quantidade	Valor Individual	Valor total
Alimentação (2 dias – 4 refeições) – 1 professor por módulo	25	R\$ 80,00	R\$ 2.000,00
Hospedagem (2 dias) – 02 professores externos - 02 encontros cada ¹	8	R\$ 256,00	R\$ 2.048,00
Coffe Break (aula inaugural) 200 pessoas	200	R\$ 16,00	R\$ 3.200,00
Coffe Break (encerramento - cerimônia de entrega dos certificados) 300 pessoas	300	R\$ 16,00	R\$ 4.800,00
Passagem aérea (ida e volta) 02 professores - 02 encontros cada ²	8	R\$ 1.360,00	R\$ 10.880,00
Honorários palestrante- 1 jurisconsulto abertura do curso	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Transporte do professor – 1 professor por módulo	4	R\$ 350,00	R\$ 1.400,00
Combustíveis e lubrificantes	1000	R\$ 3,78	R\$ 3.780,00
Material de Apoio limpeza/outros	47	R\$ 581,60	R\$ 27.335,20
Material impresso	4800	R\$ 0,10	R\$ 480,00
Total			R\$ 58.923,20

7.3.5 MATERIAL PERMANENTE

¹ São dois professores externos, cada professor ministrará dois módulos, totalizando quatro encontros, sendo que os encontros acontecem sexta e sábado, gerando duas diárias no hotel por fim de semana. Total, 08 pernoites.

² São oito passagens, pois como dito, cada professor externo virá duas vezes a Palmas.

Tipo de despesa	Quantidade	Valor Individual	Valor total
Material permanente (computador +data show + caixa de som)	1	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00
Total			R\$ 8.000,00

7.3.6 DESPESAS PREDIAIS, BANCÁRIAS E CERTIFICADOS

TIPO DE DESPESA	QUANTIDADE	TOTAL INDIVIDUAL	TOTAL
RI – restituição com			
despesas prediais	1	R\$ 3250,00	R\$3.250,00
Despesas bancárias	1	R\$ 2800,00	R\$ 2.800,00
Certificados	50	85	R\$ 4.250
Total R\$ 10.300,00			

7.3.7 DESPESAS PARCIAIS E TOTAL DO PROJETO

DESPESAS	Valor
Honorários dos professores	R\$ 50.760,00
Serviços de apoio	R\$ 42.300,00
Orientação de artigos	R\$ 36.000,00
Despesas com materiais e terceiros	R\$ 58.923,00
Despesas prediais, bancárias e certificados	R\$ 10.300,00
Material permanente	R\$ 8.000,00
SubTotal	R\$ 206.283,00
FAPTO 10%	R\$ 20.628,30
Fundo de reserva	R\$ 2.388,70
TOTAL	R\$ 229.300,00

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE TODO O CURSO

Custo total para os dois anos de duração será de R\$ 229.300,00 (Duzentos e vinte e nove mil e trezentos reais), incluso os valores de custo da FAPTO.

Palmas, 15 de janeiro de 2014.

Naíma Worm Professora Mestre Coordenadora do Projeto